

**Carta do IBRE**

No Brasil, a Covid-19 traz desafio de coordenação entre poderes e entes federativos sem precedentes

**Ponto de Vista**

Crise de dívida na Europa, segundo tempo

**Entrevista**

**Mônica Viegas**

Professora associada do Cedeplar (UFMG)



# CONJUNTURA ECONÔMICA

**FGV IBRE** Editada desde 1947 • [www.conjunturaeconomica.com.br](http://www.conjunturaeconomica.com.br) • Maio 2020 • volume 74 • nº 05 • R\$ 17,00

**Artigos**

Alberto Saab  
Bianca Borges Medeiros Pavão  
Bruno Rocha  
Fernanda Delgado  
Fernando de Holanda Barbosa  
José Roberto R. Afonso  
Marcello Averbug  
Marcio Ronci  
Marcos Cintra  
Natasha Salinas  
Pedro Trengrouse  
Samuel Pessoa  
Sergio Roberto

**Pandemia**

Os impactos da Covid-19 no mercado de petróleo

**Virar o jogo**

O futebol como vetor econômico

**Microcrédito**

Como expandir a cobertura

## Travessia turbulenta

Entre a severa crise sanitária e uma crise política não menos preocupante, medidas emergenciais marcam a primeira etapa de resgate da economia brasileira



COVID-19

# Travessia turbulenta

Entre a severa crise sanitária e uma crise política não menos preocupante, medidas emergenciais marcam a primeira etapa de resgate da economia brasileira

**Solange Monteiro**, do Rio de Janeiro

No diário da pandemia que o Brasil vem escrevendo desde que o coronavírus desembarcou em território nacional, o mês de abril ficou marcado por um grau de complexidade que superou largamente as expectativas. A queda na adesão às medidas de isolamento dispostas por governos estaduais e municipais, somada a deficiências na atenção aos casos mais graves, levou o país a iniciar maio com a marca de 7 mil mortos pela Covid-19. O grau de incerteza sobre a direção do país ainda foi ampliado por uma crise política imprópria para o momento, iniciada com a demissão do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, entrecortada por manifestações –

apoiadas pelo presidente Bolsonaro – em defesa de intervenção militar no país, mas que teve seu ápice com a renúncia do ministro da Justiça, Sérgio Moro, que abandonou o cargo no dia 25 de abril, justificando ingerência política do presidente na atividade de sua pasta.

O sentimento de descontrole doméstico, somado à revisão das expectativas internacionais sobre a recuperação econômica no pós-Covid-19, apontando a um caminho mais lento que o desejado, amplia a incerteza e colabora para derreter as projeções macroeconômicas. No FGV IBRE, uma revisão feita no início de maio para o PIB de 2020 restou dois pontos percentuais da atividade, saindo de uma retração de 3,4% estimada no Boletim Macro IBRE de abril para -5,4%. Uma retração na casa dos 5%, de acordo à Secretaria Especial de Fazenda do governo federal, elevará a dívida bruta do governo para 93,1%.

Parte do resultado observado pela equipe de pesquisadores foi reflexo dos indicadores e sondagens de abril calculados pelo IBRE que apontaram, entre outros, o menor nível de utilização da capacidade industrial (Nuci) desde 1980, níveis de confiança de todos os setores analisados – indústria, serviços, comércio e construção – no nível mínimo histórico, e uma maior queda do nível de expectativa dos empresários sobre os três meses à frente do que da percepção da situação atual. Em resumo, isso indica que, em meados de abril, quando as entrevistas para essas sondagens foram concluídas, tanto empresários como consumidores já davam o segundo trimestre por perdido, antes mesmo do turbilhão de acontecimentos que

ainda marcariam o mês. “Pensando no *turning point* possível, e levando em conta que vários estados ainda terão suas medidas de distanciamento social intensificadas devido à evolução dos casos, é adequado pensar que não veremos melhora significativa do nível de atividade rapidamente”, afirma Aloisio Campelo, superintendente de Estatísticas Públicas do FGV IBRE.

Luana Miranda, pesquisadora do FGV IBRE, conta que a mais recente revisão do PIB levou em conta dados de sondagens especiais que o setor de estatísticas do IBRE tem realizado durante a pandemia. Entre elas, a que colhe a percepção das empresas de quão negativamente serão afetadas pela crise sanitária. “Tomamos esse dado para estimar a queda de horas trabalhadas por setor, chegando a uma retração de 10,5%, o que explicaria os 5,4% de retração do PIB”, diz. Entre as revisões mais significativas da atividade pelo lado da oferta estão a indústria de transformação, que pelo novo cenário deve retrair 10,3%, contra -8,7% na versão anterior; construção civil, que passou de uma queda de 7,2% na estimativa de abril para 11,4%; e serviços, caindo de -2,4% para -4,4%. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias perdeu quatro pontos percentuais, com uma queda de 8%, e a retração do investimento passou de 11,8% para 14,8%.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, ressalta a preocupação, nesse cenário, com o desempenho do mercado de trabalho. Nas estimativas do IBRE, o desemprego deverá chegar a 18,7% no ano – e, apesar desse salto, ainda não refletirá toda a precarização da geração

de renda no país. “Trabalho do pesquisador Daniel Duque publicado no Boletim de abril mostra que na atual conjuntura, com empresas fechadas e auxílio financeiro para a população economicamente mais vulnerável manter-se em casa, muitos deverão deixar de procurar emprego – o que significa que a curva de evolução do desemprego pode não acompanhar a queda da população ocupada na mesma intensidade, devido à desistência temporária de parte das pessoas em buscar emprego”, ressalta.

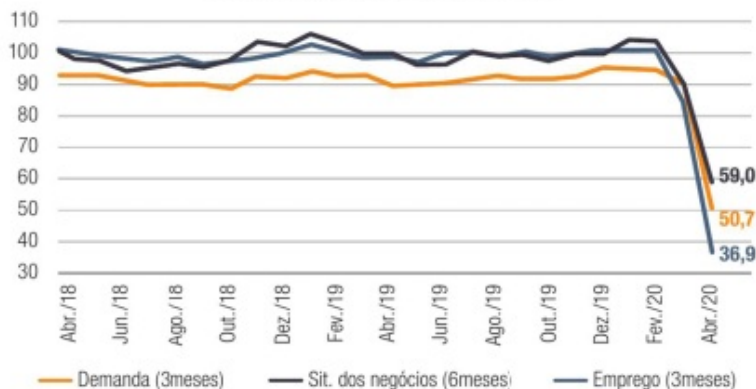
Um fator delicado para o panorama do trabalho é a queda mais expressiva do emprego no setor informal, menos afetado em crises anteriores. “Em recessões passadas, o emprego informal foi a válvula de escape para conter a queda de renda. Agora, entretanto, como o setor de serviços – que concentra muitas vagas informais – está fortemente impactado, essa dinâmica tende a não se repetir da mesma forma”, afirma. Silvia indica que a estimativa de queda real da massa salarial

ampliada este ano é de de 10,7%. O cálculo inclui a amortização provocada pelas medidas governamentais de apoio emergencial – tanto de dinheiro novo, como o *coronavoucher*, quanto a antecipação de pagamentos como o décimo terceiro de aposentados e do abono salarial – somando R\$ 258 bilhões. Sem essas ações, a retração seria de 15,4%.

Outro elemento no radar dos pesquisadores responsáveis pelas estimativas macroeconômicas é o comportamento da economia nos países mais adiantados na estabilização da curva da Covid-19. “Vemos uma recuperação da indústria chinesa, mas não do setor de serviços no mesmo ritmo, e com efeitos negativos também pela corrente de comércio, impactada pela crise sanitária. Em países como Reino Unido e Estados Unidos, vemos um recuo mais lento que o esperado. Isso aponta que cada país terá sua própria dinâmica, com alguma recuperação, mas possivelmente longe de um V, como seria ideal.” Silvia ressalta que, no caso brasileiro,

### Baixa expectativa de empresários sobre futuro

Dados em pontos, com ajuste sazonal



Fonte: FGV IBRE.

## CAPA COVID-19

agravado por problemas estruturais e a crise política, essa travessia tende a ser mais turbulenta. “Se nas próximas sondagens a percepção de empresários e consumidores sobre o futuro se mantiver em tendência de deterioração mais intensa do que a percepção sobre a situação atual, será um sinal que as pontes que estamos construindo para passar pela fase aguda dessa crise estão precárias”, afirma.

Luana lembra que, observando o comportamento dos demais países no enfrentamento da Covid-19, fica claro que o momento é de priorizar a sustentabilidade de empresas e da população mais vulnerável, com aumento da dívida pública. “Queimamos munição desnecessária no passado, o que torna esse processo muito mais doloroso pra gente. Mas precisa ser feito”, diz. “E sem ter uma perspectiva clara do formato da recuperação econômica, tudo leva a crer que as medidas que foram anunciadas até agora são apenas uma parte da resposta de polí-

tica econômica que precisaremos para resgatar o país desta crise”, acrescenta Braulio Borges, pesquisador associado do FGV IBRE.

### Primeiros socorros

Tal como em outros países, ainda que em proporções e qualidade diferentes, o Brasil também ampliou seu pacote de combate aos efeitos do novo coronavírus desde o início da crise. Manoel Pires, pesquisador associado do FGV IBRE, que mantém uma atualização do avanços dessas medidas em vários países publicada no blog Observatório Fiscal do IBRE, afirma que até o fim de abril essas medidas, no caso brasileiro, avançaram mais em ações fiscais do que em políticas de crédito, o que deverá implicar maior custo fiscal para mitigar essa crise. “Aqui, as medidas decorrentes de programas governamentais, como desonerações e ampliações de despesas, ultrapassam 7% do PIB”, diz, apontando que esse percentual é superior ao de países como Estados Unidos (5,5%), Alemanha (6%) e

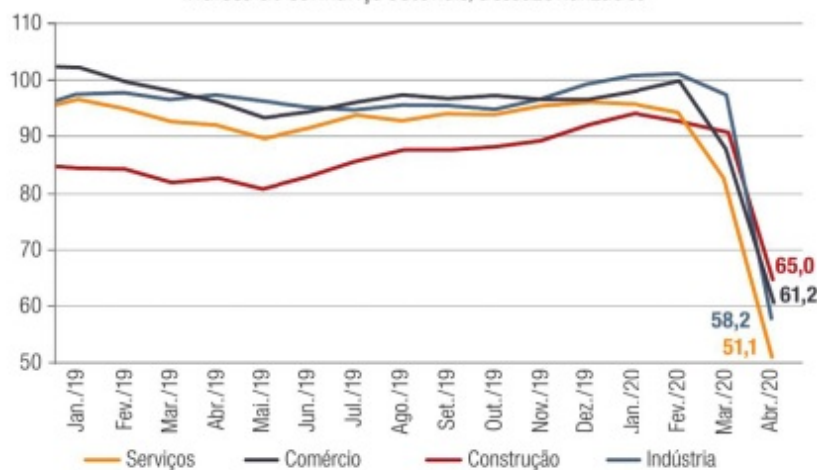
Espanha (2,7%), enquanto em crédito fiscal o país apresenta um dos menores níveis de investimento, de 2,1%, enquanto nos EUA esse percentual é de 6,1%, na Alemanha, 29,7% e, na Espanha, 10,1%.

Borges, por sua vez, analisa a posição do Brasil mencionando o Cesi (*covid economic stimulus index*), que compara o pacote de medidas de 168 países, no qual valores acima de zero representam uma adoção acima da média do conjunto. “Em abril, o índice brasileiro era 0,58, o que o coloca acima da média, ainda que longe de economias avançadas.” O pesquisador destaca, entretanto, que a falta de coordenação entre o governo federal e entes subnacionais e com o Congresso tem comprometido a agilidade, a calibragem e muitas vezes a eficiência na decisão e implementação de ações, fragilizando essa ponte por onde o país fará sua travessia pela pandemia. Por exemplo, na frente da saúde, como aponta a economista da UFMG Mônica Viegas na entrevista deste mês (ver página 12), a falta de coordenação centralizada na compra de insumos hospitalares provocou uma disputa entre estados, em que ganha quem tem mais recursos.

“Não à toa, o pacote de auxílio a estados e municípios é o último a sair”, ressalta lembra Borges. No fechamento desta edição, o texto aguardava sanção presidencial. “Foi um debate que começou mal, confundindo-a uma necessidade emergencial com o ajuste estrutural, quando na prática esses entes têm restrição fiscal muito mais severa que a União, pois não podem emitir dívida, nem moeda”, diz Borges. Sem a apresentação formal de um plano pelo governo federal, a iniciativa de ajuda foi impulsionada

### Serviços: o setor em situação mais grave

Índices de confiança setoriais, dessazonalizados



Fonte: FGV IBRE.

pela Câmara, com a aprovação de um projeto de compensação de perdas de arrecadação de estados que previa desembolsos proporcionais à queda de recolhimento de ICMS e ISS por seis meses, criticada por ser um “cheque em branco”, para esses entes, dada a falta de horizonte de recuperação. O projeto que avançou foi apresentado pelo Senado, fixando o valor de compensação em R\$ 60 bilhões – sendo R\$ 10 bilhões para gastos com saúde –, a serem distribuídos na proporção de 60% para estados e 40% para municípios, segundo um *mix* de critérios que incluem, além da arrecadação, fatores como a população. Contando com a suspensão de dívidas com a União, o total da ajuda somará R\$ 130 bilhões, de acordo ao Ministério da Economia.

Rafael Fonteles, secretário da Fazenda do Piauí, presidente do Conselho Nacional de Secretários da Fazenda (Comsefaz), afirma que a definição de um valor fixo havia sido acatada pelos estados, bem como contrapartidas como o congelamento de salários de determinadas categorias. Mas que a redução do valor para compensação de perdas – estimada no projeto da Câmara em R\$ 84 bilhões, referentes a uma queda de arrecadação média de 30% por seis meses –; e a forma de distribuição entre estados e municípios – que, defende, deveria ser mais próxima de 70/30 –, tornará esse alívio de fôlego curto. “Da forma como está, daqui a poucos meses estaremos de volta negociando nova ajuda. Senão, será o colapso”, afirma. Ele ressalta que a demora na aprovação do plano de socorro coloca os estados, mesmo os mais equilibrados do ponto de vista fis-

cal, frente ao risco de insolvência.

De acordo a levantamento do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), relator do projeto da Câmara, o texto a ser sancionado representará uma perda de 17% e 10%, respectivamente, na arrecadação prevista para Sul e Sudeste caso prevalecesse a regra pura de compensação de ICMS, por esses estados terem mais base industrial e receberem menos receitas do fundo de participação (FPE), enquanto outros entes, mais dependentes dessa transferência, teriam mais folga para suportar o choque.

### Questão de calibragem

Outro ponto de análise entre os pesquisadores é se o pacote de medidas de ajuda às empresas será eficiente na garantia de sustentação da atividade empresarial e do emprego. No caso das pequenas empresas – que representam 99% do total, 50% dos empregos e 27% do valor agregado da economia – as medidas chegaram antes do socorro aos estados, mas, na opinião dos pesquisadores do IBRE, ainda difusas e entre dúvidas sobre sua efetividade.

A primeira iniciativa foi a MP 944/2020, que criou uma linha voltada ao financiamento da folha de pagamentos – por dois meses, no limite de duas vezes o salário mínimo –, de empresas com renda bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões, custeada com recursos da União (85%) e dos bancos (15%). As condições são taxas de juros de 3,75%, 36 meses para o pagamento e carência inicial de seis meses. Essa faixa de faturamento elegível, entretanto, deixava 6,6 milhões de micro e pequenas empresas desassistidas. Para cobrir tal lacuna, a Câmara entrou com o

projeto de lei 1.282/2020 – que até o fechamento desta edição aguardava sanção presidencial –, ampliando a cobertura, com uma linha para empresas com receita bruta anual até R\$ 4,8 milhões, para financiamento de folha, investimento e capital de giro. Chamada Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), tem limite de empréstimo correspondente a 30% da receita bruta da empresa em 2019, com taxa máxima de Selic mais 1,25%, carência de oito meses e 36 meses para pagamento. Tem cobertura de 85% do financiamento pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO), gerido pelo Banco do Brasil, e limite de garantia de R\$ 15,9 bilhões. Em ambos os programas, há a condicionalidade de não demissão até 60 dias após o pagamento da última parcela do contrato.

No final de abril, o Sebrae também passou a agir no braço de crédito, em parceria com a Caixa. “Desde o início da crise, 60% dos donos de

### Divisão do auxílio de R\$ 30 bilhões a estados

Queda de ICMS suportada

Amapá	79%
Maranhão	39%
Pernambuco	25%
Rio Grande do Sul/Minas Gerais/Rio de Janeiro	23%
São Paulo	18%



Fonte: Deputado Pedro Paulo (DEM-RJ).

## CAPA COVID-19

pequenos negócios tiveram pedido de crédito negado em bancos. E estamos falando de um público que representa apenas 20% do crédito do sistema financeiro nacional”, afirma Carlos Melles, presidente do Sebrae Nacional. A linha disponibiliza R\$ 12 bilhões em financiamento, garantida pelo Sebrae por meio do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). “Para isso, reinventamos o Fundo, que hoje conta com R\$ 1 bilhão. Aumentamos sua alavancagem e mexemos no *stop loss* (limite da perda da operação), para deixar o risco mais com o fundo e o banco do que com o tomador”, diz. Os valores máximos de empréstimo dessa linha vão de R\$ 12,5 mil para MEI a R\$ 125 mil para pequenas empresas, com até 12 meses de carência, prazo de pagamento de 9 a 12 meses e taxa

de juros entre 1,19% e 1,59% ao mês. “Como instituição, estaremos atentos à transparência das operações tanto de nossa linha parceira como a do Pronampe. E esperamos que o BNDES também avance na oferta de crédito, para manter a oxigenação dessas empresas”, afirma.

Para Fernando Veloso, pesquisador do FGV IBRE, a principal dificuldade nas duas primeiras linhas é quanto à disposição dos bancos em tomar parte, ainda que minoritária, do risco do crédito, sob um cenário ainda de forte incerteza quanto ao ritmo e limite da recuperação de diversos segmentos da atividade. “Ficam dúvidas se a parte do risco assumida pelo setor público será suficiente para evitar o empocamento de liquidez”, afirma. Do lado da demanda por crédito,

Manoel Pires, do FGV IBRE, resalta também a insegurança quanto à disposição das empresas em endividar-se sem clareza quanto ao cenário futuro. “Em uma linha de crédito como a do Sebrae-Caixa, os juros podem chegar a 20% ao ano, algo pesado para o nível de incerteza que há pela frente”, diz.

Para o economista Mauro Oddo, do Ipea, o momento demandaria iniciativas mais audazes. “Vivemos um momento grave. Não prestar a ajuda adequada é colocar em risco o tecido produtivo do país”, afirma. Para Oddo, os empréstimos oferecidos neste momento deveriam ter juro zero. O economista realizou um exercício sob essa base, no qual a oferta de crédito cobriria de 20% a 60% do custo das empresas de acordo ao impacto da crise sanitária em seu setor de atividade, com cenários de cobertura de dois e de cinco meses desses custos. Seriam valores, não carimbados, desde que houvesse o compromisso de manutenção do empregado nos seis meses após a crise. O universo contemplado foi o de empresas com faturamento até R\$ 480 milhões, somando cerca de 7,5 milhões. Oddo chegou a uma demanda de crédito de, respectivamente, R\$ 275 bilhões e R\$ 685 bilhões. “Quando esses valores fossem pagos, o custo para o governo ficaria em R\$ 25 bilhões, ou 0,35% do PIB, no caso de dois meses de cobertura, e R\$ 108 bilhões, ou 1,5% do PIB, no caso de cobertura de cinco meses de custos.

Manoel Pires resalta que em vários países as políticas de crédito têm sido reavaliadas, encaminhando-as para programas de transferência de renda com condicionalidades como a manutenção do número de empregados. “Nos Estados Unidos, essa li-

## Reações de política fiscal na crise Covid-19 (em % do PIB)



	Programas governamentais	Crédito fiscal
EUA	5,5	6,1
Reino Unido <sup>1</sup>	4,5	15,1
Alemanha <sup>2</sup>	6,0	29,7
França <sup>3</sup>	2,0	13,1
Espanha	2,7	10,1
Austrália <sup>4</sup>	10,1	1,8
Itália	1,2	33,0
Nova Zelândia	5,4	2,1
Canadá	9,1	9,0
Japão	6,8	10,2
Chile	5,3	1,4
Argentina	1,2	0,9
Brasil <sup>5</sup>	7,0	2,1
Índia	0,9	ND

<sup>1</sup>Inclui ações com suporte fiscal (fonte de recursos, subsídios ou garantias). <sup>2</sup>Não inclui as postergações de impostos. <sup>3</sup>Não inclui parcelamentos de serviços públicos. <sup>4</sup>O RBA ofereceu um pacote de crédito de 90 bi (4,6% do PIB). <sup>5</sup>As operações de crédito incluem os financiamentos para E/M.

Fonte: Observatório de Política Fiscal FGV IBRE.

nha (Paycheck Protection Program) disponibiliza US\$ 670 bilhões para empresas com mais de 500 empregados. Relatório recente da OCDE aponta outros casos, de países como França, Coreia e Alemanha, que estudam políticas similares de capitalização a fundo perdido para pequenas e médias empresas”, enumera.

### Mais direcionamento

Com os sinais de que a recuperação econômica será um caminho lento, e a deterioração do mercado de trabalho deverá ser intensa, outra preocupação dos economistas é de como estender o apoio à população afetada pelos impactos econômicos da crise sanitária – beneficiários do Bolsa Família, trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais (MEIs) – para além dos três meses definidos no Auxílio Emergencial, com eficiência e equidade. Em abril, o governo revisou a liberação de recursos

para honrar os três meses de benefícios, de R\$ 98 bilhões para R\$ 123,9 bi. Até dia 30 desse mês, 50 milhões de brasileiros haviam recebido a primeira parcela, somando R\$ 35,5 milhões, e 96,98 milhões de pessoas haviam se cadastrado para recebê-lo. No fechamento desta edição, ainda era aguardada sanção do presidente para o projeto de lei 873, que amplia as categorias elegíveis ao *coronavoucher*, que deverá engordar essa conta.

Para Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV, é importante que se comece a pensar em formas de filtrar essa política, para que, em caso de prorrogação, ela passe para uma ação similar ao Bolsa Família, de benefícios maiores aos de menor renda. “A prioridade, no primeiro momento, foi atender rapidamente. Agora, o importante é reavaliar o processo, para que se consiga manter a ajuda por mais tempo, a quem mais precisa”, afirma. Tal como apontado na Carta do IBRE desta edição (página

6), a distribuição homogênea do benefício promovida pelo auxílio gerou casos em que este mais que recompõe a perda familiar causada pelos efeitos da pandemia. Ele dá como exemplo o aumento temporário no Bolsa Família – de um benefício médio de R\$ 190 para até R\$ 1,2 mil, no caso de lares monoparentais liderados por mulheres. “No caso do Bolsa Família, vale lembrar que o benefício regular estava 18,8% depreciado em termos reais em relação a 2014, fator que colaborou, além da recessão, para o aumento da extrema pobreza nos últimos anos. Mas agora chegamos a valores que serão difíceis de sustentar”, afirma.

O economista revela receio sobre a evolução dessa política, lembrando de seu breve histórico. “Até 17 de março, a maioria das iniciativas do governo eram antecipação de recursos, como o 13º de aposentados. Em dinheiro novo, havia apenas a incorporação de pessoas no Bolsa Família. Depois, tudo se reverteu: de uma possibilidade

## Crescimento anual da população ocupada e das horas



Fonte: FGV IBRE.

CAPA COVID-19

de ajuda de R\$ 200 apresentada pelo governo, acabou-se em um leilão de valores no Congresso, em que o governo bateu o martelo em R\$ 600, em uma reação mais política que científica”, diz. Neri alerta que o risco de as negociações seguirem sob o mesmo espírito é o de se cair em erros passados, de transformar ações anticíclicas transitórias em permanentes, que geraram o problema fiscal com que hoje nos degladiamos. “A ampliação do critério de elegibilidade do BPC — de  $\frac{1}{4}$  para  $\frac{1}{2}$  salário mínimo — que saiu em meio a esse pacote, mas que nada tem a ver com a pandemia, é um desses eventos de livro-texto daquilo que não se deve fazer, mas que já aconteceu”, diz. Até o final de abril, tramitavam no Congresso 59 projetos de lei referentes ao auxílio que propunham de aumento de prazo e valores a torná-lo uma renda permanente. “Quando se entra na discussão de que o auxílio emergencial seria o primeiro passo para uma renda mínima universal, arrisca-se outro erro gerado a partir de bons motivos”, afirma defendendo que qualquer extensão de benefícios assistenciais deveriam acontecer dentro do Bolsa Família, “cuja tecnologia já se mostrou efetiva”.

Vilma Pinto, pesquisadora do FGV IBRE, lembra que a falta de coordenação entre os governos federal e subnacionais também abriu caminho para medidas tempestivas possivelmente ineficientes. Levantamento feito por ela indica que quase a totalidade dos estados possui iniciativas de distribuição de alimentos, e 22 contam com algum outro tipo de auxílio para empresas e famílias. Isso sem contar iniciativas municipais. “Niterói (RJ), por exemplo, tem um programa de cartão-auxílio de R\$ 500 mensais

---

## Quase a totalidade dos estados possui iniciativas de distribuição de alimentos, e 22 contam com algum outro tipo de auxílio para empresas e famílias

---

para trabalhadores autônomos, com duração de três meses. É uma sobreposição de medidas que talvez não seja eficiente. Se houvesse uma maior integração de políticas, esse recurso poderia ser mais bem-aplicado na área de saúde, ou em alguma outra política assistencial”, afirma. Mauricio Prado, diretor executivo da consultoria Plano CDE, ressalta que o uso adequado de recursos escassos ganha ainda mais importância levando em conta que o contingente de pessoas afetadas pela pandemia pode não estar totalmente mapeado, podendo aumentar. “Hoje famílias de renda em torno de R\$ 2 mil a R\$ 6 mil, que abrange 50 milhões de pessoas, não estão necessariamente contempladas pelo auxílio emergencial. Pela POF, metade dessas famílias possui 100% de renda variável, e a outra metade mistura renda variável com um emprego formal”, descreve. Em um contexto em que o mercado informal também deverá registrar recuperação lenta, como aponta Sílvia Matos, será preciso levar em conta uma ajuda de prazo mais longo

a esse grupo ainda pouco mapeado pelo poder público.

E como agir? Para Marcelo Neri, o primeiro passo é consertar, onde for possível, o equívoco do governo na comunicação dessas medidas. “O correto, desde o início do programa, seria valorizar a entrega desse benefício, apontando que esse esforço foi feito para que as pessoas permaneçam em suas casas”, afirma, lembrando que a atitude do presidente Bolsonaro, entretanto, foi na contramão dessa ordem. Para o planejamento de uma possível segunda etapa do *coronavoucher*, Neri aconselha, como passo inicial, o uso das informações já disponíveis no Cadastro Único — que abrange 76,4 milhões de pessoas — para reestruturar o modelo de benefício. Ele também sugere a retomada de um projeto antigo, de usar o título de eleitor como um número universal de identificação da população. “Isso permitiria a checagem biométrica, que pode ser feita remotamente, atendendo às necessidades de distanciamento da pandemia, bloqueando desvio”, explica. E, como complemento, estimular a ampliação do microcrédito (ver página 41). “A MP da carteira de trabalho verde-amarela (que caducou em abril, sem votação) chegou a incentivar esse instrumento, ainda que superdimensionando a capacidade de ampliação no curto prazo. Mas a direção é correta, pois uma coisa é a rede de proteção social, e outra é dar um trampolim para as pessoas voltarem à altura em que estavam antes.”

O princípio-chave, reforça Neri, é não aumentar gastos permanentes com segmentos não pobres. “A generosidade deve ser reconhecida. Que venha com coração mole, mas não com cabeça dura”, diz. ■